

O VENTO QUE VEIO DO LESTE

*Enéas Costa de Souza**

Estamos numa época em que a teoria econômica entrou em crise, colocando em suspeição todas as escolas, todos os pensamentos econômicos da atualidade. Os avanços e as metamorfoses do capitalismo penetraram novas terras, novos espaços, temos uma diversidade de novos fenômenos — mundialização da economia, terceira revolução industrial, instabilidade financeira, reorganização do processo de trabalho, etc. — e nenhuma teoria dá conta dessas novas realidades. Nem o marxismo, nem o pós-keinesianismo, nem os neoclássicos, nem os heterodoxos. Ou seja, mais uma vez como um felino, o capitalismo escapou das malhas conceituais dos múltiplos aparelhos teóricos. Dito de outra forma: há uma certa exuberância da economia em relação à pobreza das análises e da própria ciência econômica.

Dessa maneira, o capitalismo torna-se de novo um ponto de interrogação, propondo perguntas e inúmeras inquietações, seja quanto à melhoria do nível de vida dos homens, seja quanto às possibilidades de substituição desse modo de produção. Hoje o que se sente é o revolver desse solo e dessas matas, dessa selva do capital, através do que se pode chamar de mais uma revolução do capitalismo, alterando insofismavelmente a base produtiva, a organização da moeda e dos circuitos financeiros, recortando novas configurações políticas, jurídicas e artísticas, etc. Ou seja, é todo um conjunto de relações que mudou, assumindo uma figura, uma máscara e um desenho diferentes, sem deixar de ser um rosto desse sistema em exibição.

Em síntese, temos um capitalismo com roupas novas, um capitalismo totalmente singular; o que exige debruçar-se sobre ele para entendê-lo, desde que examinado extensa e profundamente. De qualquer modo, as coisas do capital, como as coisas da vida, alteraram-se, e um dos seus problemas é o requerimento de novos conhecimentos acerca dessa etapa, inclusive para transformá-lo — e, no limite, para substituí-lo por outro modo de produção. Que isso esteja absolutamente longe de nossas perspectivas não impede que a pergunta insista, nem que seja como instigamento intelectual.

O que é certo: mudando o mundo do capital como está mudando, a teoria não pode permanecer inalterada. Mas o que se olha nas avenidas teóricas do Leste e do Oeste são espaços desertos, absoluta e completa ausência de teorias e de conceitos. Essa é uma das causas da queda de importância da categoria dos economistas que, conservadores, preferem o silêncio ou a utilização dos velhos modelos, dos antigos esquemas e das amarelecidas equações ao duro caminho do questionamento.

* Economista da FEE.

Então, como é que se adentra o conhecimento do real? Como é que se encontra uma nova teoria?

Antes de mais nada, a situação é complexa, porque o desmanchar das reflexões passadas não pode ser abandonado como um trapo que se desintegra. Há toda uma bagagem amalhada e discutida; mas, em muitos casos, largamente insuficiente. Por isso, é preciso caminhar em dois sentidos. Um primeiro, que tem a ver com um itinerário límpido, embora minucioso e severo. Convém tentarmos descrever como as relações do capitalismo se desenrolam, como são mantidas as formas que dão nutrição ao sistema, para que possam ser reveladas as suas inter-relações, os seus fios de aliança. Um segundo, que passa pela necessidade de seguir em frente, absorvendo novas categorias econômicas e as inscrevendo na nossa malha conceitual. Não escapa desse acréscimo teórico um choque delas com as anteriores, ao mesmo tempo em que favorece uma crítica árdua sobre estas últimas. Produzimos, assim, como resultado um adiantamento na rede dos conceitos, agora mais plástica, para atender ao conhecimento do real mutante.

Só que, neste ponto, é indispensável examinar as teorias elaboradas e amiudar o crivo crítico. É preciso ver o que ficou dessa tempestade, que foi o prosseguimento do capitalismo e partir dos seus efeitos para recuperar o que resistiu e vai insistir, para recompor as possibilidades teóricas atualizadas. Tratemos de fazer um balanço criativo de todas as escolas, de todos os grandes autores. E com o que se manteve, incorporar e reflexionar sobre as categorias que emergem da extensão dessa revolução do capital.

Para colocar o nosso trabalho, partimos da consciência de que:

- a) o capitalismo remanejou mais uma vez as suas bases;
- b) as teorias econômicas não conseguem explicar nem as novas alterações, nem as novas realidades do sistema capitalista;
- c) as teorias econômicas devem ser avaliadas através de um exame profundo e rigoroso, para ver o que ficou e o que sobrou da crise teórica;
- d) é indispensável uma relação da teoria econômica com outras áreas do conhecimento, para termos uma compreensão mais ampla do capitalismo, inclusive para podermos atuar com mais eficiência e eficácia nas mudanças do sistema.

Dentro desse enquadramento, a nossa preocupação tem um assunto decisivo, mas as nossas cores são modestas para a pintura necessária: talvez sejamos monocromáticos como os quadros de Ives Klein da fase azul. O que nos importa é fixar alguns pontos básicos, algumas idéias, que podem assegurar, em verdade, ao economista uma postura mais global, passível de entender a renovação do capitalismo. Hoje existem inúmeros trabalhos sobre aspectos das realidades econômicas, no entanto todos muito setoriais. E é por isso que, em tempos de ventania, desse vento que veio do Leste, acreditamos que pensar a teoria econômica, confrontada com as posições de **O Capital**, pode nos dar um suporte às discussões sobre a direção e a transformação da nossa disciplina. Poderíamos escolher o fascinante Keynes, o renovado Schumpeter, o prudente Marshall, o econômico Ricardo; enfim, qualquer um. Escolhemos Marx pela sua amplitude; diríamos melhor: pela envergadura de sua proposta, tão esquecida pelos economistas cotidianos e tão maltratada pelos marxistas ortodoxos. Envergadura aqui quer dizer: pensar num projeto de unificação os diversos patamares do sistema. Envergadura significa, também, tratar as atividades econômicas como relações sociais. O que

procuramos fazer neste texto é propor algumas questões que atravessaram **O Capital**, sem nos determos numa interrogação exaustiva, mas discutindo, em geral, a sua herança e o seu legado. Primeiramente em relação aos marxistas, mas não necessariamente. Dessa forma, o que queremos captar são as lições de Marx, ou o que pensamos serem as suas lições para os temas que nos angustiam hoje. Quem sabe, poderíamos dizer mais simplesmente: usamos o texto de Marx, a pretexto de ver o que pensamos sobre as questões propostas e para pôr as nossas idéias no lugar.

1 - Prioridade do real capitalista¹

Há um princípio que está presidindo **O Capital** e que não é trabalhado no livro, mas funciona como um fundamento para a sua estrada. Queremos nos referir ao primado do ser sobre o conhecer, do real sobre o pensar. Esse requerimento, que parece de somenos importância, é de suma, na medida em que a teoria deve acompanhar e perseguir o conhecimento do real capitalista, que se transforma e que evolui, que se amplia e que se diversifica e que, no fundo, se metamorfoseia constantemente. O sistema capitalista é o resultado do desenvolvimento das relações sociais ocorridas na produção, nas finanças, na comercialização, nos serviços e que se traduzem num conjunto categorial dinâmico, capaz de ser a expressão teórica do desenvolvimento ocorrido. Dessa maneira, duas coisas podemos assegurar: a primeira, que o desdobramento do capitalismo não pode ser compreendido em sua amplitude pelo próprio **O Capital**; a segunda, que **O Capital** nos mostra que a dinâmica atual tem que ser entendida pelo rastreamento descritivo das mudanças e pela construção de novas categorias que o próprio real indica.

A prioridade do real capitalista quer dizer exatamente isto: antes vem o desenvolvimento das relações sociais; e depois, as formas do seu conhecimento. E quer dizer também que a teoria não pode dar conhecimento antecipado do desdobramento do sistema, como, muitas vezes, os economistas marxistas tentaram fazer, transformando o materialismo de Marx num idealismo congelante do conhecimento. Assim, a realidade desmancha-se e muda, a teoria altera-se e prossegue.

2 - Existe o paradigma marxista?

Essa prioridade que registramos acima nos leva a constatar alguma coisa de que Marx falava: a permanente revelação do sistema capitalista. Ou seja, a expansão do capital é devastadora, porque amplia o campo de sua atuação, acelera o seu movimento,

¹ Quando falamos em real capitalista, estamos falando no conjunto das relações sociais do capitalismo, e, quando o reduzimos para uma significação puramente econômica, o termo agrupa tanto a economia monetário-financeira como a economia real — termos usados comumente na ciência econômica.

diversifica as suas formas, criando novas, reformando algumas e destruindo outras. Isso tem uma repercussão imensa em termos teóricos: não há paradigmas em Marx. E toda teoria econômica marxista quase que integralmente se baseou nessa paralisia do conhecimento, desde o marxismo francês a New School.

Na verdade, é crucial pensarmos que o paradigma tem a significação de modelo, padrão, essência e que assume conotações estáticas, uma vez que funciona como um conjunto sistemático de conceitos (e variáveis) que estão prontos para modelar, para fixar, para moldar um conhecimento sobre o real. Tratamos aqui, se não com um desconhecimento da teoria de Marx inscrita em *O Capital*, pelo menos com uma preguiça do intelecto, na medida onde não se move nem o real, nem a teoria. *O Capital* e suas formas não são paradigmas, nem fazem parte de, e, se aquelas podem ser consideradas como essências, são na verdade essências dinâmicas. Assim, qualquer delas — valor, dinheiro, capital, etc. — é forma que tem uma trajetória no interior do livro, itinerário que nos permite balizar sentidos diferentes. Por exemplo, uma coisa é o dinheiro na sociedade mercantil simples; outra coisa é o dinheiro na sociedade capitalista, na questão do crédito, se quisermos pontualizar.

O primado do ser sobre o conhecer — ou, como dissemos em termos econômicos, a prioridade do real capitalista — traz uma crítica extremamente forte a essa concepção de paradigma, pois este último contempla, se examinarmos bem uma inversão, a do primado do conhecer sobre o ser, detendo, nessa montagem teórica, nessa engenharia idealista e nessa ficção da visão, tanto o movimento e as revoluções do capitalismo quanto o desenrolar e o desdobrar das categorias cognitivas. E foi a teoria do paradigma que barrou o conhecimento de tantas realidades, como as do capital financeiro, as da mercadoria-dinheiro e do dinheiro-papel, as das novas realidades microeconômicas, as das novas tecnologias, etc.

O que houve, na verdade, foi o contrabando de uma concepção idealista do real e que transportou essa idéia de modelo, principalmente das teorias neoclássicas, igualando, numa mesma noite, os gatos, todos os pensamentos, sob esse caráter pardo da noção de paradigma. Podemos ver como um conceito de um corpo teórico determinado emigra para outro, sem que sofra nenhum exame, nenhuma crítica, e se apodera — por ser um conceito de teoria, um conceito de articulação de conceitos — de toda uma outra teoria, paralisando-a de forma surpreendente. Porque a idéia de paradigma anula tanto o caráter de prioridade e de movimento do real quanto a fluidez das categorias do conhecimento.

Dessa forma, nosso diálogo com Marx ataca algo que está além dele e perpassa a forma de textos e de teorias que se baseiam na proposta do paradigma. Dizer paradigma tal, paradigma qual, é transformar qualquer economia numa forma em que, embora o real se altere ou se transforme, o modelo que se conhece é sempre o mesmo. E, assim, tanto faz pensar, descendo da análise teórica até a análise concreta da mundialização ou dos países, quer sobre A, quer sobre B o resultado acabará sendo parecido. Seja como for, deixemos o santo paradigma de lado, porque a economia que nos interessa é capitalista, sempre única e singular, nova e outra. E as teorias paradigmáticas incapacitam-nos de verificar o irromper das novas formas sociais. Seus modelos acabam por ter alguma serventia, quando não são mais necessárias. De um modo geral, são aceitáveis quando as relações sociais se estabilizam e não quando elas caminham para rupturas radicais. Nessas horas de mudanças profundas, o abismo entre o real e a teoria é absoluto.

3 - As formas do conhecimento seguem as relações sociais de produção

O capitalismo é constituído na sua face econômica por um conjunto de relações sociais que dinamizam, através de estratégias, inventos e soluções, toda a atividade econômica. Temos desde relações mercantis (onde predominam as formas de mercadorias e dinheiro) até relações intercapitalistas, passando, portanto, pelas relações capitalistas (envolvendo a relação capital/trabalho), ou seja, ele aglutina desde as relações simples até as mais complexas. As relações intercapitalistas são as dominantes e hegemônicas e, na sua diversidade, vão desbravando as fronteiras do capital, tentando negociar, submeter ou adaptar, nesse movimento, as demais relações. É preciso entender que toda a dinamicidade do sistema está aqui nesse conjunto hierárquico de relações. Isso é o que ocorre no real capitalista dentro da lógica do avantajamento do capital, sempre em busca do seu crescimento.

E o que Marx faz é transpor essa lógica das relações sociais de produção para uma outra lógica, que poderíamos dizer da dialética das formas. O objetivo é produzir uma constelação articulada de conceitos, uns se conectando aos outros, se transformando, se mediando, se cindindo, etc. para constituir, no plano das idéias, a versão ideal do que vai acontecendo no plano das relações sociais de produção. **A organização conceitual não segue como uma sombra o desdobramento do sistema capitalista.** Como dissemos, **tem uma lógica própria**, que segue uma ordenação em fatias no livro de Marx. Primeiro, examinam-se as relações mercantis, depois, as relações capitalistas e, por último, as relações intercapitalistas.

O importante é ver como funciona essa lógica do plano ideal, que é a reconstituição categorial do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, as formas do conhecimento seguindo, num outro nível e com linha própria, as relações sociais do desenvolvimento econômico. Antes de mais nada, essa lógica está organizada em torno do conceito-mestre, que é aquele do capital. Pois o que se reflete aqui é que esse conceito é um sujeito, o sujeito-capital, capaz de posicionar, situar, transformar e promover o movimento dos demais conceitos, ele próprio num movimento de ida e volta, de avanço e retorno, que altera inclusive a significação dos demais conceitos. A viagem do sujeito-capital é que permite e define o posicionamento da acumulação primitiva, da acumulação produtiva e da acumulação financeira em três pontos do livro, e neles o dinheiro, por exemplo, assume configuração diferenciada, expressando a sua realidade dentro dessas acumulações.

Toda a grande dificuldade do marxismo ortodoxo sempre foi confundir a forma das relações sociais de produção com a forma do desenvolvimento teórico. Pois Marx mostrou que são planos distintos, lógicas bifurcadas, embora essa segunda forma seja expressão da primeira, numa montagem e armação peculiar.

Para o Economista, o decisivo está em permanecer atento, olhos e inteligência em forma de radar, com o intuito de captar, verificar e registrar as mais sutis transformações que as relações sociais da economia, o real capitalista, vão traduzindo em novas figuras, instituições, mecanismos e existências, que são evasivas ou fugidias aos primeiros contatos. A imensidão do objetivo a observar; as limitações conceituais, as desatenções do observador; os enganos e os falseamentos ideológicos e os desejos, que cegam a

sensibilidade e o engenho dos analistas, e os câmbios sociais dão-se à frente de todos sem que ninguém os veja. Falamos de alguma coisa que aconteceu no Mundo e no Brasil, simplesmente porque deixamos de estar juntos tanto do real quanto da teoria. Sem fazer uma prolongada apreciação do que vem ocorrendo, para perceber os mais leves movimentos das relações sociais e econômicas, é indispensável que nos misturemos ao real em pontos estratégicos e que deixemos de lado a teoria econômica do modelo e das excessivas formalizações matemáticas, tratando, antes de mais nada, de assegurar as mudanças das qualidades econômicas, sem que se fuja das convenientes mensurações. Um segundo momento será transpor todas essas manobras do real em termos teóricos, tecendo as novas relações categoriais. O privilégio da dança, no Mundo de agora, continua, portanto, como sempre, com as relações sociais. É só a partir do movimento destas que podemos conceber o desenvolvimento das estruturas teóricas.

3.1 - O Capital tem uma abertura básica

Os defensores do paradigma marxista foram e são autores que congelaram o real e que detiveram, na sua cabeça, as relações sociais do capitalismo. Por isso, fizeram de **O Capital** um *shopping center* fechado, uma carapaça, e construíram um modelo — quase uma fortaleza —, deixando de perceber a enorme e fantástica dinâmica das relações sociais da economia. Hilferding em seu **Capital Financeiro** tenta exatamente descrever o desdobramento dessas relações com o que vinha ocorrendo na Alemanha, essa integração, esse entrelaçamento, entre os bancos e a indústria, que anunciavam, no plano categorial, uma nova forma do sujeito capital, aquela do capital financeiro. O que Hilferding nos disse falando de outra coisa é que **O Capital** não é um livro fechado, nem um livro que explica, para todo o sempre, o reino do mundo das mercadorias. Exatamente, por isso, o texto de Marx clama por sua abertura, pelo desdobramento de suas margens, já que as relações sociais do capitalismo rompem permanentemente com as suas fronteiras, com o seu espaço. Desse modo, as relações intercapitalistas, sendo imperantes, avançaram para um novo elo, para uma nova combinação, que deu ao capital a possibilidade de se valorizar em dois circuitos, o da produção e o financeiro.

Hilferding ficou largamente esquecido, seja porque a forma do capital financeiro não foi produzida da mesma maneira em outros lugares como na Alemanha, seja porque, ao detectar outros fenômenos derivados, como a modificação da equalização da taxa de lucro, a transformação do estatuto do dinheiro não atingiu resultados satisfatórios. Mas, sem dúvida, Hilferding trouxe uma contribuição decisiva ao colocar **O Capital** como um livro de portas não cerradas, um texto voltado para o exterior, onde as relações capitalistas em evolução trazem novas categorias e onde essas novas categorias acabam por provocar mudanças nas anteriores. Assim, no processo de centralização de capital, o capital financeiro é uma forma que se abre para detectar a probabilidade de definir dois tipos de acumulação de capital — de qualquer capital — e a lenta, mas constante, hegemonia da forma do capital-dinheiro. Esse processo culmina com a forma dinheiro em mudança radical, assumindo o papel-moeda, garantido pelo Estado, a posição de

equivalente geral. Isso já não é Hilferding, mas é seguir a evolução das formas das relações sociais e, a partir daí, tentar discutir, no plano teórico, os avanços e as transformações ocasionadas pelo movimento do sujeito-capital.

O prosseguimento do capitalismo trouxe novas realidades: a mundialização da produção e das finanças, a instabilidade financeira, a inflação e a hiperinflação, a criação de blocos regionais políticos e econômicos e a diminuição da importância dos Estados Nacionais, a automação e a reorganização do processo de trabalho, e toda essa volúpia das relações sociais encontraram, nos marxistas, estudos parciais — no melhor dos casos —, mas que não articularam teoricamente com o construto já produzido por Marx. Pior: todo um reposicionamento dos conceitos já estabelecidos nem sequer foi tocado. Por exemplo: a teoria do valor, que na verdade é teoria do valor-capital, durante anos ficou emparedada na teoria do valor-trabalho, trazendo inclusive a famosa e inútil questão da transformação do valor em preços — exame que chegou a tornar-se tão ridículo quanto a busca da adequada medida do trabalho para fazer a demonstração. E isso numa economia desde logo monetária, como sempre foi a economia capitalista. E, então, voltando ao salto do tigre, o contínuo prosperar do capitalismo vai transformando a teoria do valor, que, como valor-capital, hoje está dominada pela realidade financeira. Ou seja, a teoria do valor passa a ser a teoria do valor financeiro e segue se transformando na dinâmica do capitalismo.

Vejam outro ponto interessante: a sociedade capitalista, acabamos de dizer, é regulada pela teoria do valor. E a valorização do capital segue duas linhas básicas, a valorização da produção e das finanças. É, portanto, essa dupla valorização que organiza tanto a distribuição do capital — no Mundo, nos países, nos complexos industriais, nos setores — como provoca igualmente a distribuição do trabalho. A cadeia lógica parte, portanto, da determinação da dupla valorização para a distribuição do capital e desta para a distribuição do trabalho. Mas é preciso examinar, adequadamente, essa determinação da dupla valorização, pois é regulada aqui pela relação da taxa de juros e pela taxa de lucro esperada; só que um dos componentes da administração dessa regulação é o Estado — embora hoje ele não se baste, requerendo o partilhamento dela por alguns estados nacionais, como no caso da taxa de juros nos países avançados.

Dessa forma, com a mundialização produtiva e financeira, ou seja, com o efeito das ampliações das relações de produção intercapitalista e de suas modificações nas demais relações, temos uma mudança na teoria do valor e na forma da regulação do capitalismo. Logo é preciso fundamentar e responder, dentro dessa problemática, a inúmeras questões, como a do estatuto do Estado, a hegemonia da rentabilidade sobre a lucratividade, a importância da automação global da fábrica e da diminuição do trabalho vivo, etc. Ou seja, mais uma vez, os marxistas deixaram de lado o primado do real capitalista e sua dinamicidade, para se fixarem na sua matriz de verdades absolutas, **O Capital**.

Em parênteses, cabe cuidar de um aspecto dessa janela da inteligibilidade do ser social. Avançar nessa senda, como estamos analisando, quer dizer um continuar no desfiar da gênese das relações sociais do capitalismo e, portanto, supõe um prosseguimento e uma fuga do livro de Marx. Prosseguimento, no sentido de trabalhar sobre o que muda, buscando diminuir o intervalo entre a teoria e o real, colando-a a este tanto quanto possível, tornando-a plástica, dúctil, flexível à sinuosidade, às curvas, aos

contornos do que floresce. E fuga também na direção oposta à rigidez da teoria, evitando que ela se cristalice como paradigma, como compulsão à repetição por comodidade às categorias já postas. Se, de um lado, Marx consegue colocar admiravelmente os princípios, os fundamentos, para que se possa apreender a dinâmica capitalista, de outro lado, ele nos diz singularmente: "Eu não sou marxista", o que significa que realça a novidade constante do real e, portanto, nos convida a ultrapassar a aparelhagem teórica já pronta, para pensar o novo. O novo deve ser o surpreendente por essência e, por essa razão, escapa a qualquer tentativa de aprisionamento do já formulado conceitualmente. Ou seja, **O Capital** é um livro, como sempre foi, aberto. Vejamos, por exemplo, todo o minucioso estudo do Livro III sobre a acumulação financeira, quando Marx vai perseguindo as pegadas do capital como um investigador atento, seletivo e severo, registrando as recentes categorias do real, fazendo-as transitarem para o lado teórico e, por isso, submetendo-as à crítica dialética. Crítica dialética significa posicionar as categorias que vêm aparecendo, situá-las nas contradições do capital, iluminar seu movimento, suas cisões, suas alienações, etc., para dar a cada uma delas a consistência de um conceito.

3.2 - Do surgimento das novas categorias

De onde surgem as novas categorias? Há uma conexão entre o real e a teoria, e o que podemos dizer atravessa um corredor, uma ponte, que dá sequência a um trânsito entre as formas de relações sociais da economia e as formas tratadas no plano da juntura dos conceitos. Mas é a sociedade que na sua trama de relações vai construindo inter-relações que geram existências sociais e que emergem como **abstrações da própria sociedade, como abstrações do próprio real**. Foi o caso das categorias do fordismo, do taylorismo e agora as do *just-in-time* e do *kanban*, onde a própria realidade destacou, tornou nítido, separou e isolou essas categorias. Elas foram germinadas através das estratégias das diversas empresas, respondendo à concorrência intercapitalista. De um lado, é absolutamente decisivo descrevê-las, desde a gênese até a constituição e o desenvolvimento dessas formas. Teoricamente, de outro lado, o processo é diverso, pois é indispensável situar adequadamente essas categorias, desde o nível das relações capitalistas — as suas novidades, como o retorno do setor operário, o papel do capital circulante, a necessidade de manutenção de equipe, mesmo em época de recessão, etc. — até a problemática do modelo japonês dentro dessas relações, num momento de mundialização e no curso de um processo bi-partite de acumulação de capital, etc.

Não basta, portanto, apenas descrever o novo processo do trabalho. Não basta discutir o *just-in-time* e o *kanban* e não confrontá-los com o modelo sueco ou com o rumo da automação total da fábrica da proposta americana. É importante trazer à tona os conceitos construídos e articulá-los adequadamente no interior dessa zona teórica. Mas também não basta essa solução. É substancial juntá-los a toda a arquitetura dos conceitos; ou seja, as relações sociais do capitalismo mudam tanto a valorização do capital quanto outros pontos da acumulação capitalista, inclusive o processo de traba-

lho. E isso tem que estar articulado descritiva e teoricamente numa teoria geral que, ao desdobrar-se, posicione o(s) novo(s) conceito(s) e reposicione, se for o caso, os demais.

A abertura da teoria para o real faz com que a teoria se subordine à realidade no surgimento das categorias, pois é o contínuo desfechar-se desse real que cria as mesmas, fazendo-as aparecer como evidências concretas. Mas essa abertura da teoria tem também uma abertura para consigo mesma, para que a categoria trazida, intelectualmente, possa sofrer um tratamento conceitual e tenha um lugar na malha teórica. Lugar que, pela sua própria criação, afeta outros lugares, proporcionando, por consequência, uma sacudida que leva a uma nova etapa da arquitetura das formas do conhecer. Logo, o que temos sempre é uma montagem que funciona como um *mobile* de Calder, ou um caleidoscópio que se move com o movimento do sistema. Ou seja, não só o real social é fluído, como também os conceitos. Ou, dito como já foi dito: as formas do conhecimento seguem as relações de produção.

4 - História e diálogo

Se compararmos a lição de Marx com as teorias econômicas dos neoclássicos, dos pós-keinesianos, etc., vemos que um dos pontos que marca a diferença é a vinculação daquele à História. Embora certos apressados acreditem que ela já terminou, o que faz a força de Marx é a sua relação com essa presença inescapável. Ele nos mostra que estamos imersos nela e que ela se recoloca sempre de novas maneiras. Ensina também que não há neutralidade possível, que nas contradições dos confrontos sociais não existe ponto desinteressado. Apenas que esse ponto se sabe no interior do Mundo e que, para agir e influenciar, tem que ser crítico e anticrítico, uma vez que é indispensável ter da realidade um conhecimento o mais objetivo possível. Tudo porque o ponto interessado — na verdade, a subjetividade — nos dá o relativo do ponto de vista, embora não necessariamente tolde o caráter objetivo do real. Ele apenas inclui e implica a possibilidade de uma defasagem, de uma fenda, de uma distância, de uma obscuridade, de um não-conhecimento desse real. É como se houvesse sempre um curto espaço desconhecido entre o sujeito e o objeto, como se a verdade fosse sempre em errância, na expressão de Heidegger. Porém o grave é que esse hiato, de repente, se faz abismo e infinita escuridão: a história e o real transformaram-se voluptuosamente, e os autores — presentes os economistas — ficaram contemplando da margem o rio que desapareceu. Ficamos como Orlando de Virginia Woolf, no livro do mesmo nome, aterrados e atônitos, na beira do Tâmisa, vendo a princesa e o navio da embaixada russa fazerem-se "ao largo".

Em termos de economia, escrevemos anteriormente neste texto: "Deixamos de estar junto tanto do real, quanto da teoria". Encontramos aí o fulcro de nossos problemas. Todo o processo histórico da mundialização — que não é apenas internacionalização do capital —, mas também a forma como a política dos grandes países é considerada; a relação multinacionais/Estado Nacional: por exemplo, estratégias de globalização e apoio prioritário do Estado; a ultrapassagem dos Estados Nacionais; a formação dos blocos supranacionais e as hegemonias e hierarquia das nações; a movimentação dos

capitais no circuito financeiro e suas repercussões sobre a moeda e os (des)controles estatais; a relação entre as finanças e a nova reorganização industrial, com a fábrica integrada e flexível, a automação e os processos de trabalho; a problemática das economias do socialismo real: acertos e erros, a inevitabilidade do mercado, a perda da corrida tecnológica em termos de terceira revolução industrial, etc., etc., etc. Ou seja, há uma urgência imprescindível de apontar o conhecimento que está ocorrendo vertiginosamente nessa nova era. É prioritário. Ou seja, é desesperadamente importante partilhar os passos acelerados de toda essa transformação das relações sociais, em todos os seus patamares: macro, micro, históricos, técnicos, tecnológicos, monetários, financeiros, e assim por diante.

Se esse é o lado do real, há que recompor essa história num outro plano: organizando, modificando, avançando e propondo uma nova arquitetura teórica, que seja dinâmica e que vá inserindo nos seus espaços, dentro de sua lógica própria, as categorias que a realidade produz. Isto é, cabe um grande trabalho de ordenamento, relacionamento, transformação e deslocamento dos conceitos, sabendo-se que Ulisses corre mais do que a tartaruga e que, portanto, a prioridade é a do real sobre o pensar. Assim, o que estamos tratando começa com uma observação: temos que romper com a paralisia da descrição dos acontecimentos empíricos e históricos do capitalismo e com o congelamento dos conceitos no campo teórico. Este não avança sem aquele e ambos presididos pela companheira de rota: a postura crítica.

A construção de uma teoria é alguma coisa que não passa sem esforço, sem uma enorme trajetória de novas categorias no desenvolvimento conceitual, porque sempre há ponderações, críticas, ilações, dialetizações progressivas e regressivas no interior do arquipélago teórico. Dentro dessas jornadas das formas do conhecer, sem dúvida alguma, o papel do diálogo está na ponta do progresso, materializando contrastes, diferenças, identidades, seja pela afinidade de posição, seja pela adversidade da solidão teórica. Porém, ao contrário do que Marx fazia quando dialogava com as pesquisas e as idéias dos demais economistas, os economistas de hoje dialogam pouco. É verdade que com algumas correntes é praticamente impossível a conversa. Podemos imaginar, a não ser no campo da ficção, o diálogo sério e profundo entre os neoclássicos e os radicais socialistas americanos, entre a New School e o marxismo novo? Embora a valência tenha que ficar aberta e disponível, sabemos da quase-inviabilidade de perguntas e respostas, das réplicas e tréplicas entre esses grupos. E, no caso, principalmente por que alguns economistas já nasceram sentados no joelho de Deus e cospem suas fórmulas como se fossem o fogo divino. Mas é importante que sublinhemos qual é a base de nossa dialogação: certamente, não o convencimento do outro, mas que o defrontar de argumentos e contra-argumentos promova uma aceleração e um acréscimo na montagem do conhecimento e da teoria de cada facção. É nessa troca de posições que, no caso da teoria, muitos conceitos poderão ingressar noutro corpo teórico, vestindo, é verdade, outra roupagem e aprendendo os costumes do país aonde adentram. É aí, como já falamos, que chega a hora de sua dialetização. Caso contrário, entram como contrabando, como narcoconceitos, disseminando a destruição do tecido teórico vivo, como foi o caso já comentado do conceito de paradigma. Esses conceitos bandidos assumem o domínio de uma região teórica e terminam, após longa fase de tiroteios e mortes, por devastar toda uma inteligibilidade

do real.² Cabe, portanto, dialogar com postura crítica (e a autocrítica presente) para que o sertão de nossas idéias não se tenha povoado, como dizia Guimarães Rosa, de fantasiação.

De qualquer modo, a questão hoje é esse andar mais rápido do desenvolvimento das relações sociais do capitalismo, que trouxe ao mar das metamorfoses uma série de fenômenos que estão acontecendo, sem que tenham sido observados teoricamente. E um dos problemas dessa realidade é tanto a recusa de dialogar com autores (de quaisquer posição) que descrevam esses eventos, quanto o abandono teórico daquilo que era já conquista conceitual, trocando o seu aparelho de idéias por outras, ou fazendo uma mistura que dissolve os pensamentos daqui com os dali. Vejamos, há todo um diálogo fundamental a ser feito com Minsky, com Paul Davidson, com Freemann, com Dosi, com Coriat, com Michael Porter, com a teoria da regulação, etc. para discutir o que parcialmente está sendo revelado por esses autores. Procuramos evidenciar que a questão financeira, a questão tecnológica, a questão da relação macro e micro, a questão do processo de trabalho, etc. devem ser encaixadas **dentro de uma teoria geral** que englobe as diversas heteroteorias num avanço do conhecimento do capitalismo. Sem dúvida, cabe declarar que nem os órfãos de Marx, nem as viúvas alegres de Keynes, nem os circunspectos adeptos de Schumpeter, nem os filhos bastardos de Friedman são capazes agora de trazer uma teoria para o que está despontando. É verdade que os autores mais novos, lembrados antes, têm avançado diversas novidades e atingido conhecimentos decisivos, mas são todos de pontos localizados; por mais abrangentes que sejam suas análises, não chegam a estar integradas num todo dinâmico. Esta a grande lição de Karl Marx: o voo de sua crítica tem a extensão das diversas dimensões da expansão do capital, e é imperiosa uma concepção que aglutine desde a reorganização do processo de trabalho até a mundialização da produção e das finanças. Do contrário é avanço pela metade, ameaçado mais do que nunca de retroversão.

Quanto aos autores que tentam dialogar com outras áreas do conhecimento, a posição em si é saudável, mas, na busca de reinterpretar conceitos já consolidados numa tapeçaria teórica que são transformados pelas relações sociais do capitalismo, entramos num roteiro pedregoso, árido e enganoso. Tudo por causa da dissolução que se opera nos conceitos já estabelecidos. Vejamos, nesse sentido, o caso de Michel Aglietta em seu livro *La Violence de la Monnaie* que, ao introduzir as idéias de René Girard, demole de uma forma irreversível a concepção do autor de *O Capital*. Ao invés de avançar a partir das novas realidades, como as do capital financeiro e do papel do Estado,

² Tratamos aqui do contrabando do conceito como parente, mas, ao mesmo tempo, ao inverso do que dizia Gilles Deleuze no seu *Différence et Répétition*: "Um livro de filosofia deve ser por uma parte uma espécie muito particular de romance policial, por outra parte um resultado de ciência --- ficção. Por romance policial, queremos dizer que os conceitos devem intervir, com uma zona de presença, para resolver uma situação local. Eles mudam com os problemas. Têm esferas de influência, onde atuam, nós o veremos, em relação aos "dramas" e pelas vias de uma certa "crueldade". Devem ter uma coerência entre eles, mas esta coerência não deve vir deles. Devem receber sua coerência de um outro lugar" (Deleuze, 1968, p.3).

e reformular a moeda nessa nova dimensão do capitalismo, sem desarranjar a base de Marx, Aglietta destrói o começo e o fundamento das modificações ocorridas no campo monetário. Anotamos, portanto, que o diálogo deve ser produtivo, e, dialetizada qualquer introdução de conceito ou teoria. Há que dialogar, mas respeitando todo um tipo de concepção e de compreensão da realidade capitalista. Os conceitos entram num diálogo de aproximação e são inseridos numa rede já tramada, que pode ser alterada, mas não deve destruir definitivamente o que existia na gênese das modificações. Com isso, examinamos um modesto protocolo das condições de diálogo que envolvem os economistas nessa conjuntura histórica.

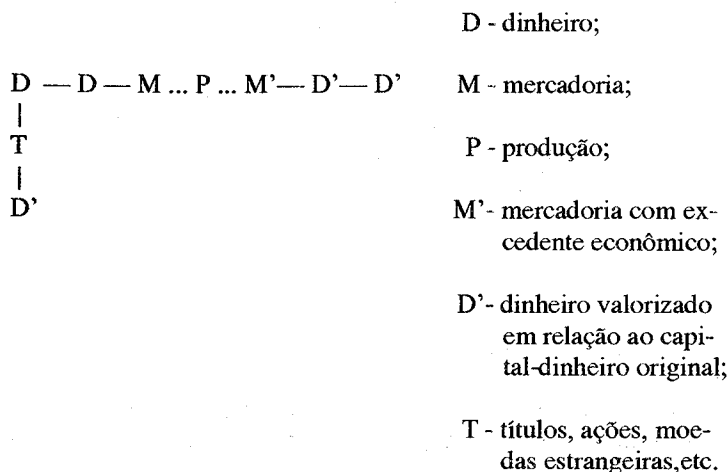
5 - Conceito e linguagem

Quando entramos nesse tema, o que nos interessa se chama o sopro da liberdade. Quem se lembra, faça o caminho conosco: longe estão os tempos de Althusser, onde o excessivo rigor de sua análise queria até impedir que Marx tivesse usado a linguagem que usou. Dizia que este, ao escrever valor de uso, deveria ter escrito utilidade social. Não importa, estamos num momento histórico em que é substancial afirmar o conceito, mas também a metáfora. Num sentido, há que manter o rigor, ter do conceito o que conseguimos definir de melhor e, noutro sentido, há que estar ligado ao real, aos desígnios das relações sociais, sendo capaz de captar o não conceptualizável. O conhecimento, inúmeras vezes, se vela, se tapa, se esconde para o pesquisador, e a realidade social só se mostra, em outros casos, sob forma de atmosfera, de clima. E, nesse sentido, a linguagem tem um papel fundamental, porque ela é planta que absorve a luz, palavra que enriquece um instante. Marx, em certo momento, quando falava da Índia, procurava expressar certas realidades com a descrição do ambiente que envolvia esse país. Mais recentemente, Maria da Conceição Tavares, perplexa e inquieta diante de fenômenos — que vimos hoje decisivos para o futuro da economia — falava de "explosão do sol".

Ezra Pound dizia que os poetas são as antenas da raça. Sem dúvida, quando uma economista usa uma expressão como esta, "explosão do sol", está usando, na sua incapacidade de botar uma realidade em conceitos, essa antena e indo fundo na tentativa de atravessar a capacidade do real e dizê-lo de alguma maneira. Não há nenhuma dúvida de que a intuição posta em linguagem, em metáfora, nos dá um conhecimento, um tesouro que precisamos explorar. Talvez haja poucos olhos para ler o que escrevemos aqui, principalmente aqueles que enchem seus textos com fórmulas e fórmulas e apóiam suas análises com inúmeros dados estatísticos e escrevem seus *papers* com vocábulos insossos dos relatórios. Mas, se nos pusermos a pensar a dimensão de uma metáfora (substituir um significante por outro), a dúvida de sua importância será extinta. O conceito liga-se ao rigor lógico; a metáfora, ao inexpressável.

A realidade fornece-nos as categorias que podemos transformar em conceitos, procurando, como caçadores ou detetives do real, definir as suas qualidades e suas propriedades. Esses conceitos estão relacionados, influenciam-se, provocando signifi-

cativas mudanças uns nos outros. A teoria exige, sem dúvida, articulações, demonstrações, etc., mas o problema principal são as suas formalizações. E aqui a questão decisiva: estas são dominadas hierarquicamente pelo aspecto **qualitativo** da dinâmica e do relacionamento econômico. Examinemos uma formalização possível para o movimento do capital financeiro, com a finalidade de discutirmos a questão em pauta. Escrevendo, então, baseado em Marx e Hilferding:



O que essa formalização nos revela é que a forma do capital financeiro começa com o capital-dinheiro, expresso pelo primeiro **D**, e que tem a opção de buscar a valorização ou pela órbita produtiva (linha horizontal) ou pela órbita financeira (linha vertical). Essa bifurcação exige, portanto, uma decisão que se dá em termos da regulação de cada esfera (taxa de lucro esperada, numa; taxa de juros, na outra). A partir dessa formalização geral podemos ter uma idéia da dinâmica e podemos esmiuçar em torno dessas órbitas diversos aspectos, porém não podemos nunca, dentro dessa visão, examinar somente o itinerário produtivo ou financeiro isoladamente. Mesmo que queiramos tratar somente um item da economia, por exemplo, a tecnologia, a compreensão integral dele terá que ser considerada em relação à forma como um todo. Até mesmo a relação do Estado com o capital financeiro tem que ser percebida numa combinação com essa modulação. Não nos interessa desenvolver mais do que essa rápida análise e temos que indagar: o que estamos fazendo, de essencial, nessa formalização?

Respondendo: estamos produzindo na configuração exposta a conexão de formas dentro da forma do capital financeiro. É óbvio que podemos ter formalizações matemáticas; só que a lógica das formalizações — inclusive daquelas matemáticas — tem como essência a **lógica das formas econômicas, que expressa uma lógica das qualidades**. Kalecki, por exemplo, quando tratava do ciclo econômico, acertava quando as relações da economia interrompiam a lógica das equações matemáticas e errava quando esta dominava aquela. Keynes e Minsky igualmente são dominados por essas

idéias expostas aqui. A **Teoria Geral** é um belo exemplo, **Stabilizing an Unstable Economy**, de Minsky também.³

A pretensão nessa passagem do nosso texto é fixar que o que regula a ordenação dos conceitos não se afasta do caminho do rigor. E, no entanto, quando defendemos o emprego da metáfora, estamos tratando de colocar que a linguagem permite que nos aproximemos do real de uma forma diferente do que da conceituação. Esta se traça pela exatidão, pela precisão, etc. Já a metáfora cerca a realidade pela aura da coisa, do fenômeno, expressando com uma palavra mais livre, mais imaginária o que o real ainda não abstraiu suficientemente. A metáfora tem o mérito de antecipar o sentido, caminhar sobre pedras ainda não transformadas em conceito. A metáfora revela uma tendência que insiste, mas que é ainda sutil para a nossa capacidade de inter-relacionar o capitalismo em desenvolvimento com os desdobramentos das formas teóricas. Por isso, temos que estar abertos à conceituação e à metaforização para avançarmos na definição das tendências econômicas em andamento.

6 - Economista, pensador social

Todos os grandes economistas, de Adam Smith, Ricardo a Marx, Keynes e Schumpeter, foram pensadores sociais. Seguramente, Marx foi o maior deles, porque, o mais amplo, pensou o capitalismo nos seus méritos e nos seus deméritos e procurou trabalhar para a sua supressão. Nosso autor não contava era com a extraordinária resistência e com a aptidão a se superar do sistema, como se este fosse uma dinâmica árvore, poderosa e secular. E, no entanto, Marx também teve grandeza na sua resistência; várias vezes derrotado, retirou-se para estudar o adversário e, numa delas, começou a escrever sua sinfonia inacabada, **O Capital**. Essa relação capitalismo/Marx veio mostrar um aspecto fantástico entre esse modo de produção e sua oposição radical. Esta sendo gerada e alimentada por aquele. Pois estamos constatando a enorme capacidade do capitalismo de enfrentar suas crises, de atingir com habilidade inigualável a sua renovação diante dos colapsos e de atuar como um vasto estômago, assimilando,

³ "(...) A conclusão baseada nos modelos derivados da economia 'standard' não pode ser aplicada para a formulação de política para o nosso tipo de economia. A teoria econômica estabelecida, especialmente a teoria altamente matemática, largamente desenvolvida depois da 2ª Guerra Mundial, pode demonstrar que um mecanismo de troca abstratamente definido conduz a um coerente, se não a um ótimo, resultado. Entretanto este resultado matemático é provado para modelos que abstraem diretorias de corporações e de Wall Street. O modelo não funciona com tempo, dinheiro, incerteza, financiamento da propriedade de ativos de capital, e investimento. Se, de outro lado, os fatores que a teoria abstrai são importantes e relevantes, se as organizações e relações financeiras significativamente influenciam o curso dos acontecimentos, então a teoria econômica não mantém a sustentação que resulta da coerência que existe num tipo de mercado descentralizado. De fato, as Wall Streets do mundo são importantes; elas geram forças desestabilizadoras, e de tempos em tempos os processos financeiros de nossa economia conduzem a sérias ameaças de instabilidade econômica e financeira; isto é, o comportamento da economia se torna incoerente" (Minsky, 1986, p.3).

adaptando-se e devorando sua oposição. E pensando bem, vemos que as possibilidades de crítica e de mudança do sistema estão inscritas nele próprio, sendo inclusive sua fortaleza. A vida sendo germinada pela morte de suas partes.

Celso Furtado chamou recentemente atenção para uma deformação dos economistas atuais, que se transformaram em operadores do sistema e deixaram de ser pensadores sociais. Os acontecimentos do Leste trouxeram-nos algumas coisas que dão a pensar. Primeiro, uma nova revolução do capitalismo. Triunfou o mundo que Keynes ajudou a construir, e retroagiu o socialismo real que pretendia se inspirar em Marx. Neste texto que estamos escrevendo, tomamos Marx e seu livro para medirmos os ensinamentos desse autor. O que procuramos mostrar é que ele tem que ser visto em dois níveis como pensador social. De um lado, buscou conhecer objetivamente o capitalismo e para isso seguiu o primado do real sobre o pensar e todos os derivativos dessa premissa. E, de outro, a sua postura de pensador social baseava-se numa posição de forte contundência contra o que existia, em função da crítica à desigualdade genética e permanente do sistema. Só que esse segundo nível não toldava o primeiro, nem o conhecimento objetivo do capitalismo o levava a ser um operador do mesmo. O que abria a sua visão era a postura de pensador social.

Como contraste, para reforçar e diferenciar, olhemos para Keynes. Este também procurou abandonar os modelos neoclássicos e, apesar de sua educação ter sido baseada nessa teoria, alcançou um conhecimento objetivo do real, pois dedicou-se a compreender o capitalismo como monetário-financeiro. E, de outro lado, observando a miopia de muitos economistas e capitalistas, adotou uma posição política de avanço do sistema, propondo medidas altamente reformadoras, principalmente nas proposições sobre o investimento e sobre o papel do Estado. Com isso, fez da política econômica o instrumento decisivo de suas posturas de pensador social; política econômica que é capaz de influenciar sobre toda a vida dos cidadãos, porque trata da moeda, de salários, de gastos públicos, do incentivo a investir, de especulação, etc.

Assim, podemos, neste fim de artigo, superar o nosso primeiro movimento de seguirmos alguns pontos da posição de Marx, a sua posição de captar a evolução do Mundo e tratar de alcançar uma definição teórica. Enfim a marcamos permanentemente aberta ao real, contra a maioria dos seus colegas, principalmente os marxistas, todos fixados numa concepção econômica estática de paradigma. Nesse caminho, chegamos à idéia de pensador social, a partir do contraste Marx e Keynes. E podemos concluir que o economista como pensador social tem dois pontos decisivos: primeiro, é a sua capacidade de conhecer o mais objetivamente possível a realidade⁴, e, segundo, esse

⁴ Aqui podemos fazer um recorte integral de nossa tarefa. Podemos fazer o nosso texto retornar sobre si mesmo e percorrer um outro caminho, com o mesmo resultado. Se, ao invés de Marx, tratássemos de Keynes, da *Teoria Geral* e do *Treatise*, iríamos definir, noutra linguagem é verdade, proposições semelhantes àquelas que chegamos em Marx: primado do ser (ou real capitalista) sobre o conhecer; a não-existência de paradigma keynesiano; o comando das relações sociais da economia sobre o conhecimento teórico; o não-esgotamento do conhecimento do capitalismo pela "Teoria Geral"; etc. E, da mesma maneira, tomaríamos a posição de Keynes contra a síntese neo-clássica, contra os keynesia-

movimento está impelido por uma posição política que não impede o conhecimento, mas que **usa esse conhecimento** de maneira diferente. Marx, no sentido da revolução comunista; Keynes, no caminho da revolução capitalista. Isso quer dizer que a reflexão do pensador social passa pela senda da crítica, que é a crítica do que existe. Assim, olhando os nossos dois autores, ambos foram críticos: numa primeira dimensão, do passado; e Marx, numa segunda, como crítico do sistema. Ambos foram pensadores sociais: num primeiro momento, tentando resolver os problemas conjunturais e, num segundo, Keynes sempre trabalhando por uma nova etapa do capitalismo, e Marx, sempre pela ultrapassagem do mesmo.

Assim, nos parece claro que a dimensão fundamental do economista é a de pensador social. No entanto as suas atividades apresentam inúmeras faces: político, dirigente público, burocrata estatal, operador em vários níveis da política econômica, negociador, pesquisador, financista, especulador, empresário, burocrata de vários níveis da empresa privada, etc. Vemos, então, que podemos instalar uma dialética — que esse eixo, essa dupla, esse mito Marx e Keynes podem ajudar a expressar — através da contradição, que deve existir em todo economista, entre o pensador social e uma das formas cotidianas da profissão. O pensador social puxa para o lado das mudanças, das alterações, das revoluções; o profissional, para o lado do pragmatismo do imediato e para a operação do sistema. O pólo Marx—Keynes traz, ao carrossel do dia-a-dia, um arejamento altamente positivo diante da tendência conservadora da prática dos economistas. O conservadorismo em economia tem, no entanto, voo limitado. Logo ali, como agora, o capital se reformula. Por isso, é fundamental ter essa elasticidade de pensador social, numa época de triunfo do capitalismo, mas, ainda assim, de profunda instabilidade econômica e financeira do sistema. Minsky diz muito bem: "Somente uma economia que é crítica do capitalismo pode ser um guia de políticas exitosas para o capitalismo" (Minsky, 1986, p.332). Ou seja: a economia é crítica, ou não é — e nem será.

nos neo-ricardianos, etc. Ou seja, podemos colar sobre Marx o itinerário de Keynes, pois a problemática do conhecimento da economia tem uma identidade profunda. A diferença entre eles existe, de forma radical, enquanto pensadores sociais.

Quanto ao conhecimento objetivo do capitalismo, cabe sublinhar que Marx e Keynes viveram épocas diferentes. Mas, na temática financeira, os pontos essenciais estão muito próximos, principalmente nas questões básicas da taxa de juros e de taxa de lucro. Outros aspectos inexistiam no tempo de Marx, inclusive como temática: incerteza, instabilidade financeira, etc. Aliás, se aglutinarmos autores nesse tema do conhecimento da forma do capital financeiro, podemos distinguir toda uma linha de reflexão que é esboçada em Marx, desenvolvida em Hilferding, perfeitamente formulada em Keynes e ampliada em Minsky — estes dois últimos em termos de linguagem keynesiana.

Bibliografia

DELEUZE, Gilles (1968). **Différence et répétition**. Paris, PUF.

MINSKY, Kyman P. (1986). **Stabilizing an unstable economy**. New Haven/London, Yale University.

Abstract

This article debates the crisis of the economic theory, from Marx, as a privileged author. It is a pretext; it might be Keynes — or Schumpeter. Anyway some aspects can be stated as decisive so that the economist works as a social thinker: primacy of the real over the thinking, inexistence of paradigms, the social relationships determine the empiric and the theoretical, etc. Anyway, the conclusion is only one: either is economics critical or it will not be.